



Concurso Público para provimento de cargo de
Procurador de Contas

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Direito Constitucional**

1. Ao julgar a Arguição de Descumprimento do Preceito Fundamental nº 130, concluiu o Supremo Tribunal Federal pela total procedência da ação, “para o efeito de declarar como não recepcionado pela Constituição de 1988 todo o conjunto de dispositivos da Lei Federal nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967” (Rel. Min. Ayres Britto, publ. DJE 6/11/2009). Dentre seus dispositivos, a lei em questão regulamentava o exercício de direito que atualmente é consagrado pelo artigo 5º, V, da Constituição da República, segundo o qual “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”.

Nesse contexto, tem-se que

- (A) a decisão do Supremo Tribunal Federal não impede o exercício do direito de resposta, que é consagrado em norma constitucional de aplicabilidade imediata.
- (B) o exercício do direito de resposta fica condicionado à edição de nova lei que o regulamente.
- (C) a decisão do Supremo Tribunal Federal suspendeu a eficácia do artigo 5º, V, da Constituição.
- (D) o interessado em exercer direito de resposta precisará impetrar mandado de injunção para assegurá-lo.
- (E) o Supremo Tribunal Federal deve atribuir prazo ao Congresso Nacional para regulamentar o exercício do direito de resposta, sob pena de inconstitucionalidade por omissão.

2. Em 26 de maio de 2010, foi realizada audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal com vistas a debater a elaboração de proposta de emenda à Constituição, tendo por objeto a inserção do direito à busca da felicidade dentre os direitos sociais elencados na Constituição da República. A eventual apresentação de proposta de emenda à Constituição com esse teor ao Senado Federal

- (A) atenta contra o princípio constitucional da vedação do retrocesso em matéria de direitos e garantias fundamentais.
- (B) viola a Constituição, que exclui matéria relativa a direitos e garantias fundamentais da esfera de atuação do poder de reforma da Constituição.
- (C) é incompatível com a Constituição, por se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, devendo iniciar seu trâmite pela Câmara dos Deputados.
- (D) deve ser precedida de plebiscito, por se tratar de matéria reservada à atuação do povo, titular do poder constituinte originário.
- (E) é compatível com a Constituição, desde que resulte da iniciativa conjunta de, no mínimo, 27 (vinte e sete) Senadores.

3. Seria INCOMPATÍVEL com a Constituição da República a medida provisória que

- (A) fosse reeditada na mesma legislatura em que houvesse sido rejeitada ou tivesse perdido eficácia por decurso de prazo.
- (B) procedesse à abertura de créditos extraordinários.
- (C) dispusesse sobre conflito de competência, em matéria tributária, entre os entes da Federação.
- (D) não fosse convertida em lei no prazo de 60 (sessenta) dias.
- (E) implicasse majoração de impostos e produzisse efeitos no exercício financeiro seguinte àquele em que fosse convertida em lei.

4. Sobre a disciplina constitucional relativa ao exercício do cargo e às atribuições de Presidente e Vice-Presidente da República, considere:

- I. A ausência do Presidente e do Vice-Presidente da República do País por prazo superior a 15 (quinze) dias somente é possível mediante licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do respectivo cargo.
- II. A Constituição admite a delegação de competência do Presidente da República para conceder indulto e comutar penas.
- III. Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da Administração federal, podendo implicar a extinção, porém não a criação, de órgãos públicos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

5. Nos termos da Constituição da República, compete privativamente ao Senado Federal

- (A) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.
- (B) convocar Ministro de Estado ou titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
- (C) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa.
- (D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de presidente e diretores do Banco Central.
- (E) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.



6. A previsão constitucional segundo a qual a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos dos entes da Federação e das contribuições sociais que estabelece, é decorrência do princípio da
- (A) irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (B) diversidade da base de financiamento.
- (C) universalidade do atendimento.
- (D) seletividade na prestação de benefícios e serviços.
- (E) equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
-
7. Ao tratar dos princípios gerais da atividade econômica, a Constituição da República
- (A) estabelece que a arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação do petróleo será destinada exclusivamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.
- (B) admite que seja estabelecido tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, em decorrência do princípio de defesa do meio ambiente.
- (C) assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, vedando à lei exigir para tanto a autorização de órgãos públicos.
- (D) atribui à União o monopólio da pesquisa e lavra de minérios e minerais nucleares, permitindo-lhe, contudo, contratar com empresas estatais ou privadas a realização dessas atividades.
- (E) permite que a lei conceda às empresas públicas e sociedades de economia mista privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, em virtude do interesse público que perseguem.
-
8. Lei estadual que disponha sobre procedimento em matéria processual
- (A) poderá ser promulgada apenas após a edição de lei complementar federal que fixe normas para cooperação entre os entes da Federação para tratar da matéria.
- (B) será inconstitucional, por se tratar de competência legislativa privativa da União.
- (C) será compatível com a Constituição da República, desde que os Estados tenham sido autorizados por lei complementar federal a legislar sobre a matéria.
- (D) poderá contemplar normas gerais e específicas para atender a suas peculiaridades, desde que inexistam leis federais sobre normas gerais da matéria.
- (E) será revogada por lei federal superveniente que disponha sobre a matéria, por se tratar de competência legislativa suplementar do Estado.
-
9. A competência para julgar, mediante controle externo, as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República é do
- (A) Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Congresso Nacional.
- (C) Supremo Tribunal Federal.
- (D) Tribunal de Contas da União.
- (E) Senado Federal.
-
10. Em dezembro de 2009, foi aprovado pelo Senado Federal projeto de Decreto Legislativo que autoriza a realização de plebiscito sobre a criação do chamado Estado de Carajás. O novo Estado seria formado por 38 Municípios do sul e sudeste do atual Estado do Pará, com extensão total de 285.000 km² e 1.300.000 habitantes. O plebiscito seria realizado nesses Municípios, seis meses após a publicação do Decreto Legislativo.
- A referida proposta de criação do Estado de Carajás
- (A) deveria ser precedida de Estudos de Viabilidade, apresentados e publicados na forma da lei, e ser aprovada por lei do Estado do Pará, dentro do período determinado por lei complementar federal.
- (B) é inconstitucional, uma vez que a união estabelecida entre os entes da Federação é indissolúvel.
- (C) seria possível somente durante os trabalhos de Assembleia Nacional Constituinte, a exemplo do que ocorreu com a criação do Estado de Tocantins.
- (D) deveria ser precedida da criação do Território de Carajás, o qual, somente após demonstrar sua viabilidade, seria então transformado em Estado.
- (E) é compatível com a Constituição desde que, ademais da consulta à população interessada, mediante plebiscito, seja aprovada pelo Congresso Nacional, por lei complementar.
-
11. Estabelece a súmula vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal que viola cláusula constitucional "a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte". O enunciado em questão decorre da previsão constitucional segundo a qual
- (A) os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório.
- (B) compete ao Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição, de modo que não estão os demais órgãos do Judiciário autorizados a pronunciar-se sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos.
- (C) somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (D) compete ao Supremo Tribunal Federal propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias.
- (E) nos tribunais com número superior a 25 (vinte e cinco) julgadores poderá ser constituído órgão especial para o exercício de atribuições delegadas da competência do tribunal pleno.



12. A Constituição brasileira de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, em seu artigo 95, § 1º, estabelecia garantias aos membros do Ministério Público na seguinte conformidade:

“Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios (...) após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa, nem removidos a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço”.

Em comparação com a disciplina atual da matéria na Constituição brasileira vigente, tem-se que

- (A) apenas o tratamento dispensado à garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público manteve-se inalterado.
- (B) o tratamento dispensado às garantias de vitaliciedade e inamovibilidade dos membros do Ministério Público manteve-se inalterado.
- (C) houve mudanças tanto no que se refere à garantia de vitaliciedade como à de inamovibilidade dos membros do Ministério Público.
- (D) apenas o tratamento dispensado à garantia de inamovibilidade dos membros do Ministério Público manteve-se inalterado.
- (E) houve um reforço da garantia de inamovibilidade, mas uma mitigação da garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público.

13. No âmbito da análise de prestação de contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Mato Grosso – SENAR/MT, perante o Tribunal de Contas da União – TCU, foram suscitadas irregularidades referentes à aquisição de veículo de “modelo demasiadamente sofisticado, sem justificativa de necessidade e adequação às características exigidas”. A aquisição teria custado R\$ 146.500,00 ao ente, tendo contudo restado demonstrado que havia outros modelos no mercado que poderiam atender, pela metade do preço, aos requisitos de luxo e conforto exigidos. O Tribunal, ao final, decidiu pela aplicação de multa aos responsáveis pela despesa (Acórdão nº 3441/2010 – 1ª Câmara, TC 012.289/2005-6, Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, *in* Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 20).

A decisão do TCU

- (A) pautou-se pelo princípio da economicidade, um dos aspectos sob os quais a Constituição prevê expressamente que se exerça a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos que se sujeitam ao controle externo do Congresso Nacional, exercido com auxílio do Tribunal.
- (B) extrapolou os limites de competência do órgão, que se imiscuiu em questões de mérito, relacionadas a conveniência e oportunidade, não se atendo ao aspecto da legalidade da despesa.
- (C) afronta a Constituição, na medida em que o Tribunal não possui competência para a análise de contas de ente que não integra a Administração federal.
- (D) é compatível com a disciplina constitucional da matéria, mas dependerá de validação do Congresso Nacional para possuir eficácia de título executivo.
- (E) poderia ter reconhecido a irregularidade das contas, mas não determinou a imposição de multa aos responsáveis pela despesa.

14. Relativamente à promoção e à remoção de membros do Ministério Público, prevê a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amapá que

- (A) a remoção far-se-á, alternadamente, por antiguidade e merecimento, sempre para cargo de igual entrância.
- (B) a promoção, que somente poderá ser deferida a quem tenha completado 2 (dois) anos de exercício no cargo, precederá ao provimento inicial e à remoção.
- (C) a promoção far-se-á alternadamente por antiguidade e merecimento, podendo, neste último caso, ser rejeitada pelo voto de 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) a lista de antiguidade resultará dos três nomes mais votados, desde que obtida maioria de votos, procedendo-se, para alcançá-la, a tantas votações quantas necessárias.
- (E) a escolha para promoção recairá, em qualquer hipótese, no membro do Ministério Público mais votado, observada a ordem dos escrutínios, prevalecendo, em caso de empate, a antiguidade na entrância.

15. Promotor de Justiça integrante do Ministério Público do Estado do Amapá, vitalício, figura como réu em ação civil em decorrência de exercício da advocacia concomitantemente com o exercício de suas atribuições. A ação foi proposta pelo Procurador-Geral de Justiça perante o Tribunal de Justiça do Estado, após autorização do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Antes que seja proferida sentença na ação, o Promotor requer sua exoneração do cargo. Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amapá,

- (A) o exercício da advocacia por membro vitalício do Ministério Público não enseja a propositura de ação civil, pois apenas a prática de crime incompatível com o exercício do cargo a justificaria.
- (B) a exoneração deverá ser concedida ao Promotor de Justiça interessado, uma vez que ainda não houve decisão transitada em julgado na ação civil.
- (C) o Promotor de Justiça estará sujeito à pena de demissão, imposta em processo administrativo no qual lhe será assegurada ampla defesa, suspendendo-se o trâmite da ação judicial até decisão final no processo administrativo.
- (D) o Promotor de Justiça poderá perder o cargo, em virtude de sentença judicial transitada em julgado na ação civil.
- (E) a ação civil deveria ter sido proposta perante órgão judicial de primeira instância, após autorização do Conselho Superior do Ministério Público, de maneira que fica inviabilizada a imposição de penalidade ao Promotor de Justiça em virtude de eventual sentença na ação.

Direito Administrativo

16. Os Serviços Sociais Autônomos

- (A) prestam atividade de cooperação e fomento, revestindo-se da forma de entes de natureza privada.
- (B) atuam exclusivamente nos setores de saúde e cultura, sob a forma de organizações sociais.
- (C) podem ter natureza jurídica de direito público ou privado.
- (D) podem se revestir da forma de fundações ou empresas estatais.
- (E) prestam serviço público sob a modalidade de permissão, não se submetendo, no entanto, ao regime de concessões.



17. O enquadramento formal de determinada situação na norma que estabelece as hipóteses de dispensa de licitação, dentre outros requisitos,
- (A) depende da formalização de procedimento simplificado de dispensa de licitação, podendo ser concluído após a assinatura do contrato.
 - (B) depende de regular formalização de procedimento de dispensa de licitação, com ratificação nas hipóteses previstas em lei, da declaração pela autoridade competente.
 - (C) independe da formalização de processo administrativo, podendo ser inserida no preâmbulo do contrato que será firmado, servindo-lhe de motivação.
 - (D) depende da formalização de procedimento licitatório preliminar, com conclusão pela inexistência de licitantes.
 - (E) independe de regular formalização de procedimento de dispensa de licitação, sendo bastante fazer constar o reconhecimento da hipótese em relatório do órgão técnico, seguido de publicação.
18. Dentre outras características, distingue-se a autarquia das empresas estatais em razão de a primeira
- (A) ser criada por lei, enquanto as empresas estatais podem ser constituídas por decreto.
 - (B) submeter-se a processo especial de execução, ainda que também não goze de imunidade tributária.
 - (C) gozar de imunidade tributária, embora seus bens também não sejam protegidos pela impenhorabilidade e pela imprescritibilidade.
 - (D) poder editar atos dotados de imperatividade e executoriedade, enquanto as estatais são regidas pelo regime jurídico de direito privado.
 - (E) integrar a administração direta, embora não goze de juízo privativo, enquanto as empresas estatais fazem parte da administração indireta.
19. Ao final do procedimento licitatório instaurado para alienação de ativos mobiliários do Estado, foi constatada a inobservância de regra legal específica que exigia a elaboração de dois laudos de avaliação dos ativos cujo leilão se levou a efeito. O lance vencedor, no entanto, foi sensivelmente superior ao valor indicado no único laudo de avaliação. Nesse caso, caberá a
- (A) revogação do lance ofertado e a anulação do procedimento licitatório.
 - (B) reti-ratificação do procedimento licitatório, com a elaboração do segundo laudo de avaliação, após a homologação da licitação.
 - (C) anulação da alienação, em face do vício de ilegalidade, promovendo-se novo procedimento após integral observância das normas vigentes.
 - (D) revogação da adjudicação do objeto, retrocedendo o procedimento licitatório à fase anterior, a fim de que se possa promover a segunda avaliação necessária.
 - (E) ratificação do procedimento realizado, com a consequente homologação do objeto, uma vez que foi comprovada a inexistência de prejuízo.
20. Em relação à regra constitucional que obriga a realização de concurso público para provimento de cargos e empregos públicos, é EXCEÇÃO à sua aplicação a
- (A) nomeação para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
 - (B) contratação de servidores sob o regime celetista na Administração Indireta.
 - (C) contratação de empregados públicos por sociedades de economia mista.
 - (D) contratação de funcionários públicos para prestação de serviços junto a entidades paraestatais.
 - (E) nomeação para função de confiança em emprego, desde que para prestar serviços em empresa pública.
21. Determinado órgão público celebrou, após regular procedimento de licitação, contrato para que uma construtora promovesse obras em imóvel locado para a instalação de uma repartição pública. Durante a vigência do contrato, tornaram-se conhecidas algumas especificidades que demandam acréscimo aos serviços contratados. Para o equacionamento dessa questão, a alternativa legalmente prevista é
- (A) o aditamento do contrato até o limite de 50%, caso se trate de obra de reforma, independentemente de anuência do contratado.
 - (B) o aditamento do contrato até o limite de 50% (cinquenta por cento), ainda que com alteração do objeto.
 - (C) nova licitação para contratação das obras identificadas como necessárias, iniciando-se a execução dessas obrigatoriamente após a conclusão das inicialmente contratadas.
 - (D) a anulação do contrato firmado, promovendo-se nova licitação para a totalidade das obras necessárias.
 - (E) o aditamento do contrato até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que com a concordância do contratado.
22. Determinado Estado da Federação celebrou convênio com empresa estatal integrante de sua esfera de governo, a fim de disciplinar a realização de obra pública de grande vulto. Dentre outras obrigações estabelecidas no termo, constou o valor da remuneração que seria atribuída à empresa para posterior pagamento à contratada, a fim de que também fosse possível compor passivo contábil da empresa. Com base na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), o ajuste deve ser considerado
- (A) legal, desde que tenha havido previsão orçamentária para a transferência de patrimônio, cabendo, ainda, o dever de prestação de contas para demonstrar o emprego dos recursos na composição do passivo da estatal.
 - (B) legal, uma vez que é permitido estabelecer remuneração de um conveniado a outro, importando, ao final, a conclusão da obra.
 - (C) ilegal, uma vez que não se permite o estabelecimento de qualquer repasse de verbas na modalidade de convênio, apenas o compartilhamento de equipamentos, *know-how*, recursos humanos e materiais.
 - (D) ilegal, uma vez que os recursos financeiros não podem ser transferidos do patrimônio de um conveniado para outro, podendo ser utilizados somente para os fins previstos no ajuste.
 - (E) legal, uma vez que os dois entes integram a mesma esfera de governo, de forma que a transferência de recursos para compor o passivo da estatal também poderia ser feita por outros meios, não havendo proibição para se utilizar o convênio.



23. Determinado ente federado pretende adquirir um terreno para edificação de uma unidade prisional. Para tanto, poderá utilizar, como meio de aquisição da propriedade, a
- (A) desapropriação amigável, que dispensa a declaração de utilidade pública e pode ser instrumentalizada por meio de escritura pública.
 - (B) desapropriação, na medida em que enseja a aquisição originária da propriedade.
 - (C) venda e compra, uma vez que, dada sua natureza de negócio jurídico privado, desobriga o atendimento da lei de licitações.
 - (D) doação com encargo, sob pena de reversão, ainda que enseje despesas de aquisição.
 - (E) requisição de propriedade, uma vez que ensejaria apenas a remuneração pelo uso do imóvel.
24. A concessão de serviço público é o contrato por meio do qual
- (A) o poder concedente, se autorizado por lei específica, transfere a execução de um determinado serviço público a um ente privado, que passa a responder solidariamente com o Poder Público pelos danos causados em decorrência da execução do contrato.
 - (B) o Estado transfere a um terceiro a execução de serviço público de sua titularidade ou cuja titularidade lhe tenha sido transferida por outro ente federado.
 - (C) o poder concedente transfere a execução de determinado serviço público a um concessionário, remanescendo na titularidade do mesmo e responsabilizando-se subsidiariamente por prejuízos decorrentes daquela execução.
 - (D) o Estado concede delegação de serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado, que passa a executá-lo e cobrar remuneração em nome do Poder Público.
 - (E) o particular adquire o direito de executar uma determinada atividade econômica em nome do Poder Público, passando-a ao *status* de serviço público, o que lhe imputa responsabilidade civil objetiva pelos danos causados.
25. A imprescritibilidade dos bens públicos
- (A) é aplicável aos bens das empresas públicas, em razão de sua natureza jurídica de direito público.
 - (B) não é aplicável aos bens de titularidade das fundações, independentemente do regime jurídico das mesmas.
 - (C) é aplicável aos bens das sociedades de economia mista, independentemente de sua afetação ao serviço público.
 - (D) é aplicável aos bens das autarquias, porque sujeitos ao regime jurídico de direito público.
 - (E) não é aplicável aos bens de titularidade das pessoas políticas, quando se tratar de usucapião.
26. O princípio constitucional da eficiência, que rege a Administração Pública, apresenta-se em
- (A) nível materialmente superior ao princípio da legalidade, uma vez que autoriza a Administração Pública a adotar medidas formalmente em desacordo com a lei em prol do aumento de produtividade e agilidade.
 - (B) hierarquia superior aos demais princípios constitucionais, uma vez que deve nortear toda a atuação da Administração Pública.
 - (C) relação ao modo de estruturação da Administração Pública, uma vez que autoriza a derrogação do regime jurídico de direito público e a aplicação do direito privado quando este se mostrar financeiramente mais atrativo.
 - (D) mesmo nível de hierarquia do princípio da supremacia do interesse público, eis que também possui prevalência superior apriorística.
 - (E) relação ao modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública, não apenas em relação a atuação do agente público.
27. Nos termos do que dispõe o artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal, no que concerne à responsabilidade civil do Estado, este responde sob a modalidade
- (A) objetiva, quando se tratar de atos comissivos lícitos ou ilícitos.
 - (B) objetiva pelos atos comissivos ilícitos e sob a modalidade subjetiva pelos atos comissivos lícitos.
 - (C) subjetiva, quando envolver a imputação de danos morais.
 - (D) subjetiva, quando envolver imputação de responsabilidade subsidiária.
 - (E) subjetiva, quando envolver a prática de atos omisivos lícitos praticados por delegação.
28. A convalidação “é o ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado” (cf. Maria Sylvania Zanella di Pietro, Direito Administrativo, 23ª edição, 2010). Admitese a convalidação quando se tratar de vício
- (A) quanto ao motivo, desde que se trate de ato vinculado, passando-se a explicitar a motivação necessária para a prática do ato.
 - (B) de incompetência em razão da matéria.
 - (C) de incompetência, desde que não se trate de competência exclusiva.
 - (D) quanto ao motivo, retificando-se a motivação com efeito retroativo.
 - (E) de finalidade, passando-se a indicar a finalidade decorrente da lei para a prática do ato.
29. A caracterização de determinado ato como improbidade, nos termos da Lei nº 8.429/92, exige, necessariamente,
- (A) enriquecimento ilícito por parte do agente público.
 - (B) dolo ou culpa.
 - (C) agente público como sujeito ativo do ato.
 - (D) prejuízo a entidade da administração direta ou indireta.
 - (E) prejuízo financeiro a uma das entidades definidas como sujeito passivo na lei.



<p>30. A apuração de infração administrativa disciplinar praticada por servidor público</p> <p>(A) depende da instauração de processo criminal quando houver indícios materiais suficientes de que do mesmo ato possa ter decorrido infração penal.</p> <p>(B) é deslocada para a esfera da responsabilidade civil caso do fato imputado ao servidor tenham decorrido danos a terceiros, hipótese em que se aplica, em grau de exclusividade, a norma do artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal.</p> <p>(C) independe da instauração de processo criminal para apuração de infração penal, embora possa sofrer repercussão conforme o conteúdo da sentença judicial.</p> <p>(D) independe da instauração de procedimento administrativo disciplinar, em razão da informalidade que rege a apuração.</p> <p>(E) é feita exclusivamente por meio de procedimento judicial quando se tratar de funcionário público ocupante de cargo efetivo, como decorrência da estabilidade funcional.</p>	<p>33. NÃO pode ser considerado como recurso financeiro disponível, em tese, para abertura de crédito suplementar e especial:</p> <p>(A) o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.</p> <p>(B) a receita proveniente de empréstimo compulsório mediante emissão de títulos da dívida pública especialmente para este fim.</p> <p>(C) o superávit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior.</p> <p>(D) o recurso proveniente de excesso de arrecadação.</p> <p>(E) o recurso resultante de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Financeiro</p> <p>31. Sobre dívida pública, a Constituição Federal estabelece que</p> <p>(A) compete ao Congresso Nacional estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(B) lei complementar disporá sobre dívida pública interna e externa, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.</p> <p>(C) a dívida pública se classifica em fundada e fluante, traz as respectivas definições e engloba as operações de crédito e concessão de garantia.</p> <p>(D) compete ao Congresso Nacional dispor sobre os limites globais e condições para operações de crédito externo e interno dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>(E) compete ao Congresso Nacional, por proposta do Presidente da República, fixar os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	<p>34. A Constituição Federal veda expressamente a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, mas traz exceções. NÃO é admitida a vinculação de receita de impostos</p> <p>(A) para prestação de garantia ou contragarantia à União e para o pagamento de débitos para com esta, em se tratando de impostos estaduais e municipais.</p> <p>(B) para prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita.</p> <p>(C) na destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde.</p> <p>(D) na destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>(E) para o remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.</p>
<p>32. Conforme classificação doutrinária, quanto à periodicidade, as receitas públicas se classificam em</p> <p>(A) de capital e correntes.</p> <p>(B) originárias e derivadas.</p> <p>(C) originárias e transferidas.</p> <p>(D) ordinárias e extraordinárias.</p> <p>(E) entradas e ingressos.</p>	<p>35. NÃO é parte integrante do orçamento anual</p> <p>(A) o orçamento fiscal.</p> <p>(B) a reserva de contingência.</p> <p>(C) o anexo de riscos fiscais.</p> <p>(D) o orçamento de investimento.</p> <p>(E) o orçamento da seguridade social.</p> <p>36. A Lei nº 4.320/64 incorporou o orçamento-programa ao estabelecer no seu art. 2º que "A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade". Sobre o orçamento-programa é correto afirmar que</p> <p>(A) as ações são identificadas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais.</p> <p>(B) este formato de orçamento não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.</p> <p>(C) a Lei do Orçamento mencionada no art. 2º da Lei nº 4.320/64 se refere ao Plano Plurianual, única lei orçamentária que admite a previsão de programas.</p> <p>(D) somente tem validade para a União, não se aplicando para os orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(E) somente tem aplicabilidade sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias a partir da Constituição Federal de 1988.</p>



<p>37. Sobre as operações de crédito, é correto afirmar:</p> <p>(A) É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.</p> <p>(B) Podem ser celebradas apenas entre entes da Federação.</p> <p>(C) São vedadas entre entes da Federação para financiamento de despesas correntes.</p> <p>(D) Não se admite a compra por Estados e Municípios de títulos da dívida pública da União como aplicação de suas disponibilidades.</p> <p>(E) Os contratos de operação de crédito externo deverão conter cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.</p>	<p>40. A liquidação da despesa</p> <p>(A) equivale ao pagamento propriamente dito, precedido de empenho.</p> <p>(B) tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar.</p> <p>(C) cria para o Estado obrigação de pagamento.</p> <p>(D) visa indicar o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.</p> <p>(E) é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.</p>
<p>38. Sobre o calendário para elaboração das leis orçamentárias, é correto afirmar que</p> <p>(A) o plano plurianual tem seu prazo disciplinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com vigência até o final do último exercício financeiro do mandato do Chefe do Executivo, sendo encaminhado o projeto até seis meses antes do encerramento do último exercício financeiro do mandato do Chefe do Executivo anterior.</p> <p>(B) a Lei Complementar nº 101/2000 dispõe que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.</p> <p>(C) a Constituição Federal dispõe que compete à lei ordinária disciplinar o calendário para elaboração das leis orçamentárias, sendo esta a Lei nº 4.320/64 recepcionada pela Constituição de 1988.</p> <p>(D) o projeto de lei orçamentária anual será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme disposto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p>(E) a sessão legislativa não será encerrada enquanto não votado o projeto de lei orçamentária anual, segundo a Constituição Federal.</p>	<p>41. A operação de crédito por antecipação de receita</p> <p>I. destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.</p> <p>II. realizar-se-á apenas a partir do décimo dia do início do exercício.</p> <p>III. deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia do exercício em que foi realizada.</p> <p>IV. está proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.</p> <p>V. pode ser realizada durante todo o mandato do Chefe do Executivo, só não se permitindo que seja contratada para pagamento em exercício posterior, em mandato de novo Chefe do Executivo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III, IV e V.</p> <p>(B) II, III e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>39. Para fins dos limites da dívida pública, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a</p> <p>(A) despesa de custeio.</p> <p>(B) dívida pública mobiliária.</p> <p>(C) despesa com pessoal.</p> <p>(D) dívida pública flutuante.</p> <p>(E) dívida pública consolidada.</p>	<p>42. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, NÃO será vedado ao Poder ou órgão referido nesta Lei que houver incorrido no excesso</p> <p>(A) realizar provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, com ressalvas legais.</p> <p>(B) conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo exceções.</p> <p>(C) alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa.</p> <p>(D) extinguir cargo ou função.</p> <p>(E) criar cargo, emprego ou função.</p>



<p>43. Os restos a pagar</p> <p>(A) podem ser definidos como despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro.</p> <p>(B) constituem prática proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>(C) podem ser realizados apenas dentro do mandato do Chefe do Executivo, estando proibidos, portanto, no último ano.</p> <p>(D) serão admitidos quando não houver disponibilidade de caixa para pagamento dentro do exercício em que estava prevista a despesa.</p> <p>(E) devem constar no exercício seguinte com dotação de crédito adicional.</p>	<p>47. A lei complementar em matéria tributária é, por exigência constitucional, aplicada para</p> <p>(A) disciplinar o processo judicial tributário.</p> <p>(B) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.</p> <p>(C) instituir imposto extraordinário.</p> <p>(D) instituir contribuição de intervenção no domínio econômico.</p> <p>(E) atribuir a condição de responsável tributário.</p>
<p>44. Os créditos adicionais, nas modalidades especial e extraordinário, poderão ter vigência no exercício financeiro seguinte ao de sua abertura na hipótese do ato de autorização ter sido promulgado</p> <p>(A) a qualquer época do exercício em que foram abertos, quando não forem totalmente empregados.</p> <p>(B) no último exercício financeiro do mandato do Chefe do Executivo.</p> <p>(C) nos últimos quatro meses do exercício em que foi autorizado.</p> <p>(D) a partir de agosto do exercício em que foi autorizado.</p> <p>(E) apenas a partir de dezembro do exercício em que foi autorizado.</p>	<p>48. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecendo as regras estipuladas no Código Tributário Nacional, que determina, na seguinte ordem, em primeiro lugar,</p> <p>(A) impostos, taxas e contribuições de melhoria; débitos por obrigação própria e depois decorrente de responsabilidade tributária; por fim, na ordem decrescente dos prazos de prescrição.</p> <p>(B) as contribuições de melhoria, taxas e impostos; os débitos por obrigação própria e depois os decorrentes de responsabilidade tributária; por fim, na ordem decrescente dos prazos decadenciais.</p> <p>(C) os débitos na ordem crescente dos prazos de prescrição; os débitos por responsabilidade tributária e depois os decorrentes de obrigação própria; por fim, primeiramente os impostos, as taxas e depois as contribuições de melhoria.</p> <p>(D) os débitos por obrigação própria e depois os decorrentes de responsabilidade tributária; a seguir, as contribuições de melhoria, taxas e depois impostos; por fim, na ordem crescente dos prazos de prescrição.</p> <p>(E) na ordem crescente dos prazos de prescrição e decadência; os débitos por obrigação própria e depois por responsabilidade tributária; por fim, primeiramente impostos, taxas e depois contribuições de melhoria.</p>
<p>45. A receita tributária se classifica, de acordo com a Lei nº 4.320/64, como</p> <p>(A) receita patrimonial.</p> <p>(B) transferência de capital.</p> <p>(C) transferência corrente.</p> <p>(D) receita de capital.</p> <p>(E) receita corrente.</p>	<p>49. Sobre vigência e aplicação da legislação tributária, com base nas disposições constitucionais e no Código Tributário Nacional, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não há exceção constitucional às regras de anterioridade anual e nonagesimal, nem à regra da irretroatividade da lei tributária.</p> <p>(B) A regra da anterioridade anual tem aplicação apenas aos impostos, salvo o imposto extraordinário e o imposto residual.</p> <p>(C) A regra da irretroatividade da lei tributária admite exceção, sendo admitida a aplicação de lei que cria ou majora tributo a fato gerador pretérito, desde que meramente interpretativa.</p> <p>(D) A lei que majora alíquota de imposto sobre a propriedade de veículo automotor terá eficácia a partir do primeiro dia do exercício seguinte, ainda que publicada em dezembro do exercício anterior.</p> <p>(E) Tratando-se de ato não definitivamente julgado, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando deixe de defini-lo como infração ou quando lhe comine penalidade menos severa que a da lei vigente ao tempo de sua prática.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Tributário</p> <p>46. Haverá imunidade sobre</p> <p>(A) tributos incidentes sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.</p> <p>(B) impostos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços dos entes federados, ainda que os fatos geradores não estejam vinculados a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.</p> <p>(C) impostos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços de empresas públicas, desde que os fatos geradores estejam relacionados com exploração de atividade econômica.</p> <p>(D) impostos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços de autarquias, desde que por fatos vinculados às suas finalidades essenciais ou as delas decorrentes.</p> <p>(E) tributos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços dos templos de qualquer culto e dos partidos políticos e suas fundações, desde que vinculados os fatos geradores a suas atividades essenciais.</p>	



<p>50. Sobre a dívida ativa e certidão negativa tributária, é correto afirmar que</p> <p>(A) somente tem efeito de negativa a certidão positiva expedida por crédito tributário ainda não vencido.</p> <p>(B) a lei admite a substituição de certidão de dívida ativa que tenha omissão a requisito legal, desde que a substituição aconteça até a decisão em primeira instância.</p> <p>(C) a dívida ativa tributária goza de presunção absoluta de certeza e liquidez, tendo efeito de prova pré-constituída.</p> <p>(D) a omissão de qualquer dos requisitos legais da certidão de dívida ativa gera nulidade absoluta da certidão, devendo ser extinto o processo sem resolução do mérito, por falta de título executivo.</p> <p>(E) a certidão negativa expedida com dolo ou fraude responsabiliza pessoalmente o sujeito passivo constante como titular da certidão pelos débitos omitidos.</p>	<p>53. Nos crimes preterdolosos,</p> <p>(A) o agente prevê o resultado, mas espera que este não aconteça.</p> <p>(B) o dolo do agente é subsequente ao resultado culposo.</p> <p>(C) há maior intensidade de dolo por parte do agente.</p> <p>(D) o agente é punido a título de dolo e também de culpa.</p> <p>(E) o agente aceita, conscientemente, o risco de produzir o resultado.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>51. Nos crimes contra a ordem tributária,</p> <p>(A) não tipifica delito funcional o ato de utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.</p> <p>(B) é admissível o concurso de pessoas apenas na forma de coautoria.</p> <p>(C) a pena pode ser aumentada até a metade, se praticado o delito por funcionário público e ocasionar grave dano à coletividade.</p> <p>(D) é punível apenas a supressão de tributo ou contribuição social.</p> <p>(E) é admissível a forma culposa.</p>	<p>54. No tocante aos atos de improbidade praticados por agentes públicos, é correto assegurar que</p> <p>(A) os agentes públicos não estão obrigados a velar pela observância do princípio da publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos.</p> <p>(B) o integral ressarcimento do dano é cabível apenas nos casos de lesão dolosa ao patrimônio público.</p> <p>(C) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer-se ilícitamente não está obrigado à reparação do dano.</p> <p>(D) o terceiro beneficiário perderá os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio no caso de enriquecimento ilícito.</p> <p>(E) não se reputa agente público aquele que exerce cargo em entidade fundacional municipal.</p>
<p>52. No que concerne aos crimes previstos na Lei de Licitações, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o produto da arrecadação da multa reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.</p> <p>(B) a ação penal privada da subsidiária da pública é admissível, se esta não for intentada no prazo legal.</p> <p>(C) a pena de multa deve ser calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.</p> <p>(D) o autor terá a pena acrescida da terça parte, se ocupante de cargo em comissão em autarquia.</p> <p>(E) o autor, quando servidor público, não está sujeito à perda do cargo, se o delito não alcançar a consumação.</p>	<p>55. Constituem objeto material do delito de falsificação de documento público:</p> <p>(A) as letras de câmbio, mas não o testamento particular.</p> <p>(B) o cheque e o testamento particular.</p> <p>(C) os emanados de entidade paraestatal, mas não as ações de sociedade mercantil.</p> <p>(D) os livros mercantis, mas não a duplicata.</p> <p>(E) as notas promissórias, mas não o <i>warrant</i>.</p> <p>56. A coação moral irresistível e a obediência hierárquica excluem a</p> <p>(A) antijuridicidade.</p> <p>(B) tipicidade.</p> <p>(C) culpabilidade.</p> <p>(D) ilicitude.</p> <p>(E) punibilidade.</p> <p>57. São crimes que se consumam no momento em que o resultado é produzido:</p> <p>(A) omissivos impróprios e materiais.</p> <p>(B) materiais e omissivos próprios.</p> <p>(C) culposos e formais.</p> <p>(D) de mera conduta e omissivos impróprios.</p> <p>(E) permanentes e formais.</p>



<p>58. NÃO constituem crimes praticados por particular contra a administração em geral</p> <p>(A) o desacato e a fraude de concorrência.</p> <p>(B) a condescendência criminosa e a advocacia administrativa.</p> <p>(C) a corrupção ativa e a sonegação de contribuição previdenciária.</p> <p>(D) o tráfico de influência e a resistência.</p> <p>(E) a desobediência e o contrabando.</p>	<p>62. Em relação aos recursos, em matéria penal,</p> <p>(A) assinado o termo de apelação, o apelado terá o prazo de dez dias para oferecer razões.</p> <p>(B) quando forem dois ou mais os apelantes ou apelados, os prazos serão comuns.</p> <p>(C) é cabível recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia ou queixa.</p> <p>(D) em nenhuma hipótese a parte será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.</p> <p>(E) é cabível apelação da decisão que pronunciar ou impronunciar o réu.</p>
<p>59. Quanto aos crimes contra a administração da justiça, é correto afirmar que</p> <p>(A) o falso testemunho deixa de ser punido se, depois da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente declara a verdade.</p> <p>(B) a falsa imputação de contravenção penal, dando causa à instauração de processo judicial, não tipifica o delito de denúncia caluniosa.</p> <p>(C) o delito de exercício arbitrário das próprias razões somente se procede mediante queixa, se não há emprego de violência.</p> <p>(D) constitui favorecimento real auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.</p> <p>(E) as penas são aumentadas de um terço na fraude processual, se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal.</p>	<p>63. Segundo o estabelecido pelo Código de Processo Penal,</p> <p>(A) a intimação da sentença, se o réu estiver preso, será feita a ele pessoalmente ou ao defensor por ele constituído.</p> <p>(B) o juiz, nos casos de ação penal de iniciativa pública, não poderá proferir sentença condenatória caso o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.</p> <p>(C) o juiz, sem modificar a descrição do fato contido na denúncia, somente poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa e aplicar pena mais grave se determinar o aditamento da inicial pelo Ministério Público.</p> <p>(D) a defesa poderá, no prazo de cinco dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.</p> <p>(E) o juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.</p>
<p>60. O erro em matéria penal</p> <p>(A) afasta a culpabilidade, se o engano recai sobre elemento do tipo penal.</p> <p>(B) exclui sempre o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.</p> <p>(C) reflete na culpabilidade, de modo apenas a atenuá-la, se o engano incide sobre elemento do tipo penal.</p> <p>(D) afasta a tipicidade, se o engano incide sobre a ilicitude do fato.</p> <p>(E) reflete na culpabilidade, podendo inclusive excluí-la, se o engano recai sobre a ilicitude do fato.</p>	<p>64. No que concerne aos sujeitos processuais, é correto afirmar que</p> <p>(A) é suspeito o juiz que for amigo íntimo ou inimigo capital do defensor do acusado.</p> <p>(B) é cabível recurso em sentido estrito da decisão que não admite o assistente do Ministério Público.</p> <p>(C) ocorre suspeição do juiz, se este for administrador de sociedade interessada no processo.</p> <p>(D) poderá ser perito no processo aquele que tiver opinado anteriormente sobre o objeto da perícia, desde que tal ressalva conste do preâmbulo do laudo.</p> <p>(E) a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou constituído, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>61. No tocante à ação penal, é correto afirmar que</p> <p>(A) não se admite renúncia tácita, no caso de ação penal de iniciativa privada.</p> <p>(B) considerar-se-á perempta a ação penal quando, após iniciada, o Ministério Público deixar de promover o andamento do processo ou dele desistir.</p> <p>(C) a representação será retratável, depois de recebida a denúncia.</p> <p>(D) o prazo para oferecimento da denúncia será de 8 (oito) dias, estando o réu preso, e de 15 (quinze) dias, se o réu estiver solto ou afiançado.</p> <p>(E) as fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer ação penal.</p>	<p>65. Segundo entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.</p> <p>(B) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.</p> <p>(C) Intimada a defesa da expedição de carta precatória, torna-se desnecessária a intimação da data da audiência no juízo deprecado.</p> <p>(D) No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.</p> <p>(E) Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.</p>

**Direito Civil**

66. O mandato com a cláusula em causa própria
- (A) poderá dispensar o mandatário de prestar contas.
 - (B) é revogável.
 - (C) extingue-se pela morte de qualquer das partes.
 - (D) não autoriza a transferência de bens móveis objeto do mandato para o mandatário.
 - (E) não autoriza a transferência de bens imóveis objeto do mandato para o mandatário.

67. É pessoa jurídica de direito público:

- (A) partido político.
- (B) associação pública.
- (C) fundação.
- (D) organização religiosa.
- (E) empresa pública.

68. Considera-se bem imóvel para os efeitos legais

- (A) o direito pessoal de caráter patrimonial.
- (B) o direito autoral.
- (C) o direito de propriedade industrial.
- (D) o direito à sucessão aberta.
- (E) a energia que tenha valor econômico.

69. A renúncia da prescrição será

- (A) válida, se feita pelo devedor insolvente ainda que prejudique os demais credores.
- (B) ineficaz, se não houver anuência da outra parte.
- (C) inexistente, se não tiver sido feita por escritura pública.
- (D) válida, se tiver sido feita antes de consumada a prescrição.
- (E) tácita, quando presumida de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

70. A sub-rogação

- (A) não poderá ser convencional.
- (B) parcial rompe integralmente os laços obrigacionais entre o credor originário e o devedor.
- (C) se equipara à cessão de crédito, pois ambas são modalidades de transmissão de crédito.
- (D) não transfere ao novo credor a garantia hipotecária do primitivo.
- (E) parcial não coloca o credor originário em posição de preferência ao sub-rogado na cobrança do restante da dívida.

Direito Processual Civil

71. São elementos da ação:

- (A) legitimidade, interesse e possibilidade jurídica do pedido.
- (B) jurisdição, demanda e defesa.
- (C) autor, réu e juiz.
- (D) juiz, provas e sentenças.
- (E) partes, causa de pedir e pedido.

72. A confissão

- (A) que decorreu de coação torna a sentença transitada em julgado inexistente.
- (B) é legal, quando há admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.
- (C) extrajudicial, quando feita verbalmente à parte, apenas terá eficácia nos casos em que a lei não exija prova literal.
- (D) espontânea não pode ser feita por mandatário, mesmo com poderes especiais.
- (E) extrajudicial, quando feita por escrito à parte, não tem a mesma eficácia probatória judicial.

73. O art. 102, II, "a", da CF, diz que compete ao Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição, cabendo-lhe precipuamente julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição. Essa competência é

- (A) relativa e material.
- (B) relativa e funcional.
- (C) absoluta e material.
- (D) absoluta e funcional.
- (E) absoluta e territorial.

74. Em matéria de competência e exceções, é correto afirmar:

- (A) A petição da exceção de incompetência relativa pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu.
- (B) O processo ficará suspenso, recebida a alegação de incompetência absoluta, até que esta seja definitivamente julgada.
- (C) A decisão que rejeita a exceção de incompetência relativa, depois de transitado em julgado, comporta ação rescisória.
- (D) O autor não tem legitimidade para oferecer exceção de impedimento.
- (E) A produção de prova testemunhal não é admissível no procedimento da exceção de incompetência relativa.

75. NÃO é inepta a petição inicial quando

- (A) lhe faltar pedido ou causa de pedir.
- (B) a parte for manifestamente ilegítima.
- (C) da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- (D) o pedido for juridicamente impossível.
- (E) contiver pedidos incompatíveis entre si.

76. É correto afirmar:

- (A) A petição inicial da reconvenção será indeferida, se a petição inicial da ação originária for inepta.
- (B) No rito ordinário, cabe reconvenção no prazo de dez dias contados da intimação pessoal em audiência preliminar.
- (C) O indeferimento da petição inicial, na fase saneadora, com fundamento na coisa julgada, obsta ao prosseguimento da reconvenção.
- (D) É lícito ao réu apresentar reconvenção após a intimação do autor para réplica.
- (E) É nula a sentença que julga a lide originária, quando deixa de julgar a reconvenção.



<p>77. A ação civil pública</p> <p>(A) autoriza a formulação de pedido declaratório de inconstitucionalidade.</p> <p>(B) pode ser promovida pelo Ministério Público em caso de ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.</p> <p>(C) pode ser promovida por quem tenha legitimidade ativa para ajuizar ação popular.</p> <p>(D) deve ser precedida necessariamente de inquérito civil, se ajuizada pelo Ministério Público.</p> <p>(E) pode veicular pretensão que envolva contribuições previdenciárias.</p>	<p>Direito Ambiental</p> <p>81. De acordo com a sistemática atualmente vigente relativamente ao licenciamento ambiental e ao estudo de impacto ambiental (EIA),</p> <p>(A) ambos são exigíveis para qualquer obra ou atividade, por expressa disposição constitucional.</p> <p>(B) ambos são exigíveis em obras ou atividades potencialmente causadoras de poluição, independentemente da decisão do órgão ambiental.</p> <p>(C) o licenciamento é cabível em caso de obras e atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, ao passo que o EIA será exigido quando houver possibilidade de significativa degradação, ficando a critério do órgão ambiental dispensá-lo, se esta não for verificada.</p> <p>(D) o licenciamento é cabível em caso de obras e atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, ao passo que o EIA será exigido quando houver possibilidade de significativa degradação, a critério do empreendedor.</p> <p>(E) as hipóteses de licenciamento e de exigência do EIA são tipificadas em resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sem espaço para decisões por parte do empreendedor ou do órgão ambiental.</p>
<p>78. A prova pericial</p> <p>(A) é renovável se a matéria de fato não estiver suficientemente esclarecida.</p> <p>(B) é obrigatória, se houver controvérsia sobre a matéria de fato discutida no processo.</p> <p>(C) vincula o juiz ao seu resultado, salvo quando ocorrer corrupção do perito.</p> <p>(D) é sempre dispensável quando ocorrer a revelia.</p> <p>(E) não se compatibiliza com o procedimento sumário.</p>	<p>82. A licitação para a concessão florestal, nos termos da Lei nº 11.284/2006,</p> <p>(A) dispensa o oferecimento de garantia para o cumprimento do contrato.</p> <p>(B) é aberta à participação de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras.</p> <p>(C) será julgada apenas com base no critério de melhor preço oferecido pelo particular.</p> <p>(D) poderá ter a participação de empresas em consórcio, as quais serão solidariamente responsáveis perante o poder concedente.</p> <p>(E) constitui espécie de licitação à parte daquela prevista na Lei nº 8.666/93, que não é aplicável.</p>
<p>79. Em matéria de embargos do devedor, é correto afirmar:</p> <p>(A) O prazo para embargar será de 30 dias, contados da juntada do último mandado citatório, quando os executados, em litisconsórcio, tiverem diferentes procuradores.</p> <p>(B) Curador especial não tem legitimidade para opor embargos do devedor nas situação em que o executado é citado por hora certa e permanece revel.</p> <p>(C) Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do último mandado de citação, salvo tratando-se de cônjuges.</p> <p>(D) A citação do executado nas execuções por carta precatória será imediatamente comunicada pelo juiz deprecado ao juiz deprecante, inclusive por meios eletrônicos, contando-se o prazo para embargos a partir da juntada dos autos de tal comunicação.</p> <p>(E) Os embargos serão apresentados no prazo de 15 dias, contados do termo de penhora, depósito ou caução, e instruído com as cópias relevantes do processo de execução.</p>	<p>83. A conduta consistente em destruir ou danificar floresta de preservação permanente é</p> <p>(A) atípica, sem também ensejar infração administrativa.</p> <p>(B) objeto de tipo penal autônomo.</p> <p>(C) circunstância agravante do crime de dano a unidade de conservação.</p> <p>(D) circunstância agravante do crime de dano a reserva legal.</p> <p>(E) atípica, consistindo apenas em infração administrativa.</p>
<p>80. O acórdão que, por maioria de votos, conceder mandado de segurança impetrado originariamente junto ao Tribunal Regional Federal contra órgãos de partidos políticos, para proteger direito líquido e certo constante de lei federal infraconstitucional e da Constituição da República, além dos embargos de declaração, estará sujeito, em tese, a</p> <p>(A) embargos infringentes, apenas.</p> <p>(B) recurso especial, apenas.</p> <p>(C) recurso extraordinário, apenas.</p> <p>(D) recurso especial, recurso extraordinário e recurso ordinário constitucional.</p> <p>(E) recurso especial e recurso extraordinário.</p>	



<p>84. A recomposição da reserva legal florestal, nos casos em que ela tenha extensão menor do que a definida na legislação,</p> <p>(A) poderá ser conduzida mediante a simples regeneração natural da área degradada, sem qualquer outra medida indutora, se tal método se provar eficaz para a recomposição.</p> <p>(B) é providência que não incumbe ao proprietário do imóvel, se, quando de sua aquisição, a reserva legal já estiver em extensão menor do que a exigível.</p> <p>(C) depende de licença ambiental e estudo prévio de impacto ambiental, sem os quais não poderá ser efetuada pelo proprietário.</p> <p>(D) não poderá ser efetuada com espécies exóticas, nem poderá ensejar o manejo sustentável da área recomposta.</p> <p>(E) poderá ser efetuada por meio de compensação com área localizada em outra propriedade rural, independentemente de sua localização, desde que com autorização do órgão ambiental.</p>	<p>87. As contas do Governador do Estado devem ser prestadas ao Tribunal de Contas</p> <p>(A) mensalmente, estando sujeitas a julgamento, que deverá ser realizado em sessenta dias, a contar do seu recebimento.</p> <p>(B) anualmente, estando sujeitas à emissão de parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento.</p> <p>(C) mensalmente, estando sujeitas à emissão de parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento.</p> <p>(D) anualmente, estando sujeitas a julgamento, que deverá ser realizado em noventa dias, a contar do seu recebimento.</p> <p>(E) anualmente, estando sujeitas à emissão de parecer prévio, que deverá ser elaborado em noventa dias, a contar do seu recebimento.</p>
<p>85. Os recursos hídricos</p> <p>(A) são bens de domínio público exploráveis em regime de monopólio, objeto de concessão a empresas públicas de saneamento.</p> <p>(B) são bens de uso comum do povo e, como tal, de livre apropriação e utilização por qualquer cidadão.</p> <p>(C) são bens de uso comum do povo e, embora não possam ser objeto de propriedade privada, compete ao Poder Público disciplinar a sua utilização gratuita por qualquer cidadão.</p> <p>(D) constituem bens dominiais da União, que como tal poderá instituir taxas para sua utilização pelos particulares.</p> <p>(E) são bens de domínio público cuja utilização está sujeita a regime de outorga, bem como à cobrança pelo seu uso.</p>	<p>88. O contador da Prefeitura de um município do interior do Estado do Amapá recebeu, sob o regime de adiantamento de numerário, valores para custear sua viagem até a sede do Tribunal de Contas para entregar a prestação de contas do Executivo local referente ao exercício de 2010.</p> <p>Esses valores</p> <p>(A) estão sujeitos à fiscalização pelo Tribunal de Contas, desde que a auditoria seja realizada no máximo em doze meses a contar do seu recebimento.</p> <p>(B) não estão sujeitos à fiscalização pelo Tribunal de Contas por terem a natureza de ajuda de custo.</p> <p>(C) estão sujeitos à fiscalização pelo Tribunal de Contas até o limite dos vencimentos mensais do contador.</p> <p>(D) não estão sujeitos à fiscalização pelo Tribunal de Contas por ser o contador pessoa física e não órgão nem entidade da Administração Pública.</p> <p>(E) estão sujeitos à fiscalização pelo Tribunal de Contas, uma vez que o contador passou a ser responsável por valores públicos.</p>
<p style="text-align: center;">Controle Externo</p> <p>86. O controle externo dos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Amapá está a cargo do</p> <p>(A) Poder Executivo, com auxílio dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas.</p> <p>(B) Poder Legislativo, com auxílio do Poder Executivo e do Tribunal de Contas.</p> <p>(C) Tribunal de Contas.</p> <p>(D) Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.</p> <p>(E) Tribunal de Contas, com auxílio dos Poderes Legislativo e Judiciário.</p>	<p>89. Entre as competências do Tribunal de Contas está a emissão de parecer prévio sobre as contas</p> <p>(A) de qualquer pessoa física que administre bens públicos.</p> <p>(B) de qualquer pessoa jurídica que utilize valores públicos.</p> <p>(C) daqueles que derem causa à perda que resulte em prejuízo ao erário estadual ou municipal.</p> <p>(D) anuais dos Prefeitos.</p> <p>(E) de sociedades instituídas pelo Poder Público estadual ou municipal.</p>



90. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amapá estabelece que a decisão em processo de Tomada ou Prestação de Contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa, sendo
- (A) preliminar aquela pela qual o Tribunal aprecia ou julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.
- (B) terminativa aquela pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que foram consideradas ilíquidáveis.
- (C) preliminar aquela pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que foram consideradas ilíquidáveis.
- (D) definitiva aquela pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que foram consideradas ilíquidáveis.
- (E) terminativa aquela pela qual o Tribunal aprecia ou julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.
-
91. O presidente do Tribunal de Contas ficou sabendo, por meio de jornais, de possíveis irregularidades contábeis ocorridas numa Prefeitura do Estado do Amapá e determinou a realização de uma inspeção para a apuração dos fatos. Devidamente notificado, o responsável pelo setor de contabilidade da Prefeitura se negou a entregar qualquer documento. Diante desses acontecimentos, é possível afirmar que a conduta do responsável pelo setor de contabilidade foi
- (A) incorreta, uma vez que nenhum documento pode ser sonegado ao Tribunal de Contas em suas inspeções e auditorias sob qualquer pretexto.
- (B) correta, uma vez que o Tribunal de Contas não tem competência para realizar inspeções por iniciativa própria.
- (C) incorreta, uma vez que o Presidente do Tribunal de Contas goza de fé pública, o que indica que se houve a determinação da inspeção é porque ocorreram as irregularidades.
- (D) correta, uma vez que o Tribunal de Contas não tem competência para realizar inspeções fundamentadas em notícias de jornais.
- (E) correta, uma vez que a Constituição Federal garante que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
-
92. Sobre o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é correto afirmar que
- (A) não há previsão legal do exercício, pelos Procuradores de Contas, de funções delegadas pelo Procurador-Geral.
- (B) a investidura nos cargos de Procurador de Contas far-se-á mediante concurso público de provas ou provas e títulos.
- (C) a ele não se aplica o princípio da independência funcional, uma vez que subordinado ao Presidente do Tribunal de Contas.
- (D) sua oitiva nos processos é determinada pelo Presidente do Tribunal de Contas.
- (E) a proposta para alteração do quadro de Procuradores de Contas cabe à Presidência do Tribunal de Contas.
-
93. As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título
- (A) dedutível.
- (B) administrativo.
- (C) judicial.
- (D) executivo.
- (E) alimentar.
-
94. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amapá autoriza o Conselheiro do Tribunal de Contas a
- (A) exercer emprego particular.
- (B) exercer comércio.
- (C) dedicar-se à atividade político-partidária.
- (D) portar arma de defesa pessoal.
- (E) exercer profissão liberal.
-
95. É requisito para a nomeação como Conselheiro do Tribunal de Contas, dentre outros,
- (A) ter mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- (B) ter mais de cinco anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (C) residir no mesmo município da sede do Tribunal de Contas.
- (D) ter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros, de administração pública e de recursos humanos.
- (E) ser brasileiro ou estrangeiro, desde que viva no Brasil há mais de cinco anos.
-
96. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, compete ao Tribunal de Contas
- (A) comunicar à Assembleia Legislativa, para fins de direito, a falta de remessa, dentro do prazo legal, das contas anuais dos dirigentes das fundações estaduais.
- (B) homologar os cálculos das quotas do ICMS e do IPVA devidas aos municípios.
- (C) encaminhar à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- (D) decidir sobre consulta que lhe seja formulada, de forma normativa e que constitua prejuízo do fato ou caso concreto.
- (E) elaborar a proposta orçamentária da Assembleia Legislativa.



97. Um Prefeito foi multado por ter realizado procedimento licitatório contendo uma falha formal. Posteriormente, foi verificado que o custo da cobrança seria maior que o valor da própria multa. Nesse caso, o Tribunal de Contas, nos termos da sua Lei Orgânica, poderá
- (A) aguardar nova punição para que, somados, os novos valores viabilizem a cobrança.
 - (B) converter a multa em entrega de cestas básicas a entidades sem fins lucrativos.
 - (C) determinar o arquivamento do processo sem o cancelamento do débito.
 - (D) dar quitação plena ao Prefeito e determinar o arquivamento do processo.
 - (E) extinguir a multa, mas não arquivar o processo.
-
98. A equipe de fiscalização do Tribunal de Contas verificou que a sede da Prefeitura do Estado do Amapá sofreu um alagamento em razão de fortes chuvas, tendo havido a perda de toda a documentação e registros contábeis, jurídicos e de recursos humanos. Nessa situação, as contas poderão ser
- (A) julgadas regulares, uma vez que não haverá prova material de falhas.
 - (B) consideradas ilíquidáveis, uma vez que ficou materialmente impossível sua apreciação.
 - (C) julgadas no estado em que se encontrarem, sendo garantidos o contraditório e a ampla defesa.
 - (D) arquivadas por dez anos.
 - (E) reconstituídas para seu processamento ordinário.
-
99. Uma Prefeitura do Estado do Amapá teve suas contas referentes ao exercício de 2009 apreciadas de forma definitiva. O Assessor Jurídico, ao tomar conhecimento da decisão, observou que houve um erro de cálculo. Dessa decisão caberá
- (A) embargos infringentes.
 - (B) pedido de reexame.
 - (C) reconsideração.
 - (D) embargos de declaração.
 - (E) revisão.
-
100. O Tribunal de Contas recebeu uma carta anônima, redigida em linguagem clara e objetiva, relatando gravíssimas irregularidades ocorridas na Prefeitura de um município do Estado do Amapá. As informações vieram acompanhadas de provas concernentes ao fato denunciado. Essa denúncia
- (A) não poderá ser recebida por não conter o nome legível nem a qualificação e endereço do denunciante.
 - (B) poderá se recebida, mas deverá ser complementada em até trinta dias para a obtenção da qualificação do denunciante.
 - (C) poderá ser recebida, mesmo sendo anônima, em razão da gravidade das irregularidades.
 - (D) não poderá ser recebida se os fatos narrados aconteceram há mais de três anos.
 - (E) poderá ser recebida, pois os fatos denunciados referem-se a um município do Estado do Amapá.